



## Medina Carreira defende corte de dez mil milhões na despesa pública

JOÃO MANUEL ROCHA 28/05/2006 - 00:00

Ex-ministro está convencido que, se nada for feito, entre 2010 e 2015 todos os impostos serão para pagar o pessoal do Estado e as prestações sociais

O Estado deve reduzir a percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) destinada a despesas com pessoal, pensões e prestações sociais dos actuais 33 por cento para 25 a 26 por cento, o que implicaria, no quadro presente, um corte de dez mil milhões de euros. A medida é defendida pelo ex-ministro das Finanças Medina Carreira, para quem os cortes são a única forma de enfrentar as dificuldades que o actual modelo social está a sentir e que o põem em perigo de "insolvência".

"Daqui a alguns anos, o Estado pode não pagar, o que teria efeitos inimagináveis", disse Medina Carreira, sexta-feira à noite, em Angra do Heroísmo, recordando que "cinco a seis milhões de portugueses" dependem, de alguma forma, do Estado. "Se a evolução se mantiver a este ritmo, tudo o que pagamos de impostos será para pessoal e prestações sociais."

O advogado considera que o país está em presença da "crise mais grave" dos últimos 30 anos porque, desta vez, "não tem instrumentos de intervenção", caso da desvalorização da moeda, a que podia recorrer antes da integração no euro. E por isso vê o corte na despesa como o único caminho a seguir. "Baixar na despesa para baixar os impostos é condição essencial para ultrapassar a crise", afirmou na V Conferência Memorial José

Duarte Monjardino, sobre o tema "Portugal: A crise da social-democracia".

Como um crescimento modesto não permite manter o Estado como está, e como a subida dos impostos não é suportável, uma vez que eles atingem já níveis semelhantes aos de países como a Alemanha, Medina Carreira preconiza a referida redução de sete por cento nos gastos. "Esta social-democracia tem os dias contados. Ela existe quando há crescimento económico", declarou, referindo-se ao modelo social assente no crescimento económico, pleno emprego, redistribuição da riqueza e estabilidade social. O ex-ministro recordou que entre 1960 e 1970 o crescimento português foi superior a sete por cento, entre 1970 e 1980 esteve acima dos quatro, entre 1980 e 1990 foi ligeiramente superior a três por cento, entre 1990 e 2000 ainda se aproximou dos três, mas que entre 2000 e 2005 se ficou por 0,6 por cento. No entanto, ressaltou, entre 1980 e 1990 a evolução foi sustentada pela queda do preço do petróleo, e entre 1990 e 2000 ficou a dever-se à descida dos juros.

O custo do pessoal e das prestações sociais (como pensões e subsídios vários) representavam 27 por cento do produto em 1995, quando os impostos estavam em 34 por cento, o que significava uma folga de sete por cento, realçou. Mas essa diferença foi-se esbatendo e, caso nada seja feito, despesa e impostos poderão estar ambos nos 42 por cento em 2015.

"Os impostos subiram muito, mas menos que a despesa", disse, recordando que o nível de fiscalidade era de 16 por cento do PIB em 1960 e de 36 por cento em 2000, ano em que na Alemanha estava em 38 por cento. A descida de impostos é um factor necessário para dinamizar a actividade económica e tornar o país mais competitivo num quadro de concorrência cada vez mais global, defendeu.

Só dez por cento do PIB  
para pessoal

No que respeita a despesas com pessoal, Medina Carreira preconiza a redução dos actuais 15 por cento para os 10/11 por cento de países como Espanha e Áustria, mas não adianta se a redução deve ser de número de funcionários ou remunerações. "Não é possível Portugal gastar com pessoal 15 por cento da riqueza que gera", disse a mais de uma centena de pessoas no

Lawn Tennis Club de Angra.

A dificuldade em alterar a situação deve-se, no entender do ex-ministro, ao calculismo eleitoral dos governos, que evitam afrontar os milhões de pessoas que dependem do Orçamento do Estado.

"Não há saída? Há. Mas é difícil neste panorama social-democrata", em que "ninguém quer dar o passo de perder as eleições agora, para as ganhar daqui a dois ou três anos", disse.

"Não estou a ver gente, nem ideias, nem competência, para fazer o que é necessário."

Questionado pelo PÚBLICO sobre as alterações às regras de aposentação anunciadas pelo Governo, Medina Carreira considera-as positivas, ainda que limitadas, por o seu efeito se fazer "apenas sentir sobre menos de 20 por cento da despesa". "É preciso ir às pensões que já existem. Há dez anos era um princípio sobre o qual valeria a pena conversar", afirmou, referindo-se aos caminhos para que apontava o Livro Branco da Segurança Social, a que esteve ligado nos anos 90.

Uma possibilidade de manter a actual situação seria, do ponto de vista do conferencista, que se declarou não-federalista, "criar um Estado federal para ter uma política europeia de moeda e alfândegas única" que atenuasse "durante 20 ou 30 anos esses choques todos que estão aí".

O jornalista viajou a convite dos organizadores da V Conferência Memorial José Duarte Monjardino

---

## COMENTÁRIOS

---

Os comentários a este artigo estão fechados. [Saiba porquê.](#)